

TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO: OS APURINÃ NA CIDADE DE MANAUS.

Territories in construction: The Apurinã in Manaus city.

Rozinei Lima Martins
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas
rosineilimam@gmail.com

Amélia Regina Batista Nogueira
Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia – UFAM
Ab.nogueira@uol.com.br

RESUMO: Essa pesquisa discute a temática dos indígenas na cidade de Manaus, especificamente aqui dos grupos indígenas Apurinã. Para melhor compreender essa realidade nos propusemos como objetivo central desta pesquisa, buscar compreender como os Apurinã, fora de seu lugar de origem recriam seus territórios e territorialidades na cidade. O trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A discussão está embasada na nova abordagem Humanística da geografia numa perspectiva em que a categoria Território e Territorialidade nos ajudam a compreender como os Apurinã se organizam no contexto da cidade de Manaus.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Cidade; Apurinã.

ABSTRACT: This research discusses the theme of the Indians in Manaus, specifically here of the Apurinã indigenous. The research central objective is to understand how the Apurinã, outside their origin place recreates their territories and territorialities in the city. With the objective to better understand this reality. The work was based on bibliographical research, documentary and study field research. The discussion is based on the new geography humanistic approach in a perspective in what the Territory and Territoriality category help us to understand how the Apurinã are organized in the context of the Manaus city.

Key words: Territory; City; Apurinã.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de territorialidades que os Apurinã vêm construindo dentro do espaço da cidade de Manaus. A cidade de Manaus é um exemplo dessas diversas territorialidades indígenas onde estão contemplados os diferentes grupos pertencentes há vários povos, vivendo na sua maioria em estado de exclusão pela sociedade nacional, onde seus direitos são totalmente negados. Por outro lado, é possível perceber a capacidade que os grupos indígenas têm de criar e recriar valores identitários para o lugar onde se deslocam, através de sua arte, língua, costumes, crenças entre outros.

Os estudos estão apoiados na discussão dos conceitos território e territorialidade numa perspectiva da abordagem da Geografia Humanística que nos permite

compreender como os Apurinã conseguem construir suas territorialidades no contexto urbano. Tudo isso graças às contribuições dos debates epistemológicos que aconteceram na ciência e aos esforços da Geografia em acompanhar essas mudanças.

A presença de inúmeras famílias e grupos indígenas residentes nas cidades dos diversos estados brasileiros torna-se mais visível a partir da década de 1990, quando estes começam a assumir sua identidade como forma de resistência no contexto urbano. Alguns dados aparecem em trabalhos acadêmicos a partir da década de 1960, estes já revelavam a presença de indígenas morando nas cidades brasileiras, mas só bem recente é que se tem ampliado as pesquisas sobre este tema.

Os dados do IBGE de 1991 e 2000 apontavam o aumento dos números de indígenas morando nas cidades brasileiras. Sendo que a luta não apenas por melhores condições de vida: saúde, educação, moradia e sim o direito a diferença. O número de indígenas no país cresce de 294 mil (censo 1991) para 734 mil (censo 2000). Ou seja, um crescimento absoluto de 440 mil indivíduos que se autodeclararam indígenas.

Em 2000, segundo os dados do IBGE dos 18.783 indígenas que vivem nas cidades pertencentes ao Estado do Amazonas, espalhados nos diversos municípios, 7.894 estão concentrados em Manaus. De acordo com o levantamento realizado pela Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Manaus em 1996, estimou-se uma população em torno de 8.500 indivíduos, vivendo na capital Manaus, são na verdade grupos e indivíduos pertencentes a mais de 19 povos entre eles: Arapasso, Baniwa, Kambeba, Sateré-Maué, Apurinã e entre outros. De modo geral na pesquisa apontou-se muitos fatores que motivaram e motivam os indígenas para vir até Manaus, entre eles mencionam a busca por trabalho, saúde, invasões, conflitos internos (MARTINS, 2011). O que não foi tão diferente quando se refere às famílias Apurinã entrevistadas na pesquisa.

Os Apurinã apresentam diversas formas de organização no contexto urbano, formando pequenas comunidades indígenas nos bairros, estabelecem rede de parentesco entre as famílias que moram em lugares próximos e distantes. Toda essa rede de relações estabelecidas dentro da cidade estende-se para um espaço bem mais amplo de representação como a luta pela moradia, saúde e educação.

O trabalho é baseado na dissertação de Mestrado intitulada “A territorialidade como nova possibilidade de ressignificar a identidade Apurinã na cidade de Manaus” onde fiz uma tentativa de desenvolver a discussão sobre território e territorialidade dentro da nova abordagem da Geografia humana e cultural.

Como recursos metodológicos, foram realizadas pesquisas bibliográficas que ajudaram na fundamentação teórica acerca do tema, pesquisa de campo onde foram sistematizadas informações através da história oral de vida dos Apurinã que vieram da aldeia, desenvolvidas por meio de entrevistas e da observação direta.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EM DISCUSSÃO

A história oral é considerada um “recurso moderno utilizado para tempo presente e também reconhecida como história viva” (MEIHY, 1996, p.13). Essa metodologia de pesquisa foi de fundamental importância para conhecimento da realidade das famílias indígenas Apurinã na cidade de Manaus e suas territorialidades construídas no espaço da cidade.

Os procedimentos desenvolvidos por meio da entrevista, da observação direta, nos possibilitam levantar dados qualitativos nas pesquisas com populações tradicionais. Ao gravar as suas histórias de vida nos colocamos diante de um processo vivo das falas ou das comunicações como exercício individual e coletivo, onde foi preciso fazer um longo trajeto de idas e vindas durante a pesquisa de campo (CALDAS, 1999).

As entrevistas foram constituídas de alguns procedimentos metodológicos, entre eles, os de aproximação e construção de afinidades com o possível colaborador ou colaboradora, explicação de intenção da pesquisa, convite para sua participação, gravação de entrevista e posteriormente os processos de transcrição, textualização (MEIHY, 1996). Por outro lado (MEIHY, 1996), chama atenção para os tempos existentes nas narrativas de história oral:

Geralmente as falas fogem da lógica comum na linha do tempo, da sequência cronológica dos fatos, o que se observa é a existência de um tempo remoto, distante, longínquo, que poderíamos chamar de “antigamente” ou “tempo antigo”. (MEIHY, 1996, p. 83).

Ao narrar sua história de vida, os Apurinã reavivam a memória de fatos que podem envolver várias gerações. Experiências que foram passadas por seus, bisavós, avós e seus pais. Por isso para identificar alguns aspectos da vida desses indígenas na cidade, através de sua história de vida, utilizamos a entrevista, guiado por um pequeno roteiro onde as pessoas mais velhas da família, contaram sua trajetória de vida de forma espontânea.

Dos 15 indígenas selecionados, destacamos apenas os membros das famílias que tinham experiências de vida na aldeia e por algum motivo tenham vindo para a cidade, o que nos forneceu inúmeras informações que ajudaram na compreensão do processo de territorialidade dos Apurinã em Manaus.

A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA

Embora o território apresente diversas perspectivas na Geografia, tomaremos como base os autores Haesbaert, Bonnemaïson e Claval que por sinal discutem o conceito de território e territorialidade numa perspectiva humanista em que essas categorias abordam as diferentes dimensões sociais da sociedade com a natureza.

Na proposta elaborada por Haesbaert (2007), o território é produto da apropriação de um dado segmento do espaço por um determinado grupo social, onde se estabelece

relações políticas de controle ou relações afetivas, identitárias, de pertencimento. Mas este território só seria possível através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais da sociedade com a natureza.

[...] Se não for possível de forma total, que pelo menos seja trabalhada de forma articulada/ conectada, ou seja, integrada. Pelo menos ao nível individual ou de grupo, precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural. (HAESBAERT, 2007, p. 76).

Para Haesbaert, essa proposta dinamiza o conceito de território numa dimensão que ele chama de integradora possibilitando compreender a mobilidade dos grupos sociais que ao fazer desterritorialização, pois em geral significa novas territorializações. Neste sentido os territórios construídos através da mobilidade humana indicam que territorializar-se é construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo espaço” (HAESBAERT, 2007, p. 280).

É no território, que os grupos humanos (etnia) conseguem se firmar enquanto grupo e isto se dá pela relação que estes estabelecem com seu território. Isto pode se dar através das próprias finalidades e representações simbólicas. Ou como explica Bonnemaison (2002):

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico. (BONNEMAISON, 2002, p. 112).

De acordo com esta abordagem cultural a territorialidade é enfatizada como questões de ordem simbólica e cultural que dá sentido ao território. Nas sociedades modernas, a complexidade das identidades tem contribuído para compreendermos o território, principalmente quando estes territórios se encontram em contexto urbano.

De acordo com Bonnemaison (2002), ao contrário do que ocorre com os animais em que o território está ligado a ideia de apropriação biológica, ou seja, exclusivo para os membros de um determinado grupo, assim é limitado pela fronteira. Para a sociedade humana o território é bem diferente, não é necessariamente fechado, estável e muito menos uma fronteira. Para este autor o território antes de ser uma fronteira é: “sobretudo um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários” (BONNEMAISON, 2002, p. 99).

Assim as relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham. (CLAVAL, 1999).

O território identitário que envolve os diversos níveis de relação homem com seu espaço e aqui será destacado por nos proporcionar uma visão mais complexa para uma análise das territorialidades dos grupos indígenas na cidade.

Neste sentido o território dos indígenas Apurinã na cidade discutido neste trabalho não se define apenas pela apropriação material, mas um princípio cultural de identificação, de pertencimento, onde comporta uma visão de mundo, onde o valor simbólico tem sua força.

AS TERRITORIALIDADES APURINÃ: ENTRE A ALDEIA E A CIDADE

O estudo do território, enquanto sentido simbólico e cultural vai permitir então afirmar, que:

A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com território e, a partir dela, a relação com espaço “estrangeiro”. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa “o espaço”. (BONNEMAISON, 2002, p.107).

Os grupos humanos, em particular os indígenas são capazes de recriar novos territórios em outros lugares, como uma forma de reafirmação da identidade, feito através de um referencial simbólico e cultural. Os grupos fragmentados sofrem de tal forma, por não disporem de referentes espaciais que garantem a sua existência, por isso mesmo eles os criam no imaginário.

Haesbaert (1999), considera que os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica como a das identidades se sobrepõe à dimensão mais concreta.

No processo de deslocamento dos Apurinã para Manaus, são identificados vários motivos que podem ter contribuído direto ou indiretamente para a saída desses Apurinã da sua terra de origem para outros lugares até chegar em Manaus. Os motivos entre eles destacamos a busca pela saúde, pelo trabalho, mas, principalmente os conflitos internos entre membros dos próprios grupos ou entre aldeias vizinhas. Com “medo de matar ou morrer” muitas famílias abandonaram o lugar de origem, para ir em busca de novos lugares. Esses conflitos continuam quando estas vêm para a cidade de Manaus, pois muitas famílias não se aproximam uma das outras por problemas de conflitos que aconteceram há mais de 30 anos quando estas famílias ainda moravam em suas aldeias de origem.

As guerras entre os grupos Apurinã são relatadas com bastante evidências pelos colaboradores da pesquisa, alguns vivenciaram esses momentos, outros ouviram histórias contadas por seus avós e neste sentido está gravado na memória desses indígenas considerado por eles, como sendo a principal causa da saída de muitas famílias indígenas. Estes conflitos fizeram com que deixassem suas aldeias, passando por vários lugares, até chegar a Manaus e encontrar na cidade “um lugar de paz”. Os relatos obtidos durante a pesquisa de campo e ao longo da convivência com essas famílias, não deixam de mencionar principalmente as guerras que aconteciam entre as aldeias Apurinã. Sendo que as guerras mencionadas nos relatos estão ligadas aos feitiços que era papel apenas desempenhado pelo pajé.

Os conflitos vivenciados não aconteciam somente pelos feitiços, mas também quando algumas regras daquele grupo eram quebradas e quem tentasse infringir não eram mais aceitos pela comunidade, tinham que se retirar para evitar o confronto e buscar um outro lugar para morar.

As mortes entre os Apurinã eram provocadas por vários motivos entre eles a inveja, o ciúme tudo era motivo para matar alguém, mas quem fazia os feitiços era só o pajé, através do sopro da pedra chamada Arabaní. Esse aspecto de feitiço que acontece na aldeia se estende até a cidade através das redes de relações estabelecidas.

De acordo com João Pacheco de Oliveira (1996), há muitas situações no movimento migratório dos grupos e indivíduos que não estão ligadas somente a questões externas ao grupo, mas, podem estar relacionados a questões internas culturais. Fatores como este de conflitos internos, podem explicar o intenso movimento migratório em escala variável que pode ser o individual, familiar ou grupos e que se dá dentro, entre e fora das aldeias.

Um dado interessante a respeito dessa “descida do rio” pelos Apurinã, é que eles saiam de seu lugar de origem mais ou menos entre 10 ou 12 anos é a referência dada pela maioria dos entrevistados. Depois dessa idade, os indígenas indicam o início da saída para outros lugares, esses lugares possivelmente eram outras aldeias, municípios e terminando em Manaus, como comenta o relato de dona Maria Apurinã:

Lá de cima a gente vinha descendo, moramos no Sepatiní, São Pedro, morei numa porção de aldeia, de lugar, no Calado, Pilão, tudo era aldeia que a gente vinha descendo, lá do começo, tudo caboco Apurinã. Eu fui criada lá mesmo na mata, tinha mais ou menos entre 10 ou 12 anos até chegar em Lábrea. Até chegar em Lábrea passamos por todos esses lugares, fomos descendo o tempo todo, meu pai descia com nós (Cf. MARTINS, 2011, p. 59).

A data precisa em que ocorreu a saída dos Apurinã de seu lugar de origem até chegar em Manaus é bastante difícil de identificar, pois a saída de suas aldeias obedece a uma outra lógica de tempo, totalmente diferente da nossa. Até porque, boa parte dos Apurinã saía ainda bem pequeno de suas aldeias. Também, constatou-se que quando um Apurinã casava deixava a sua aldeia para ir morar em outra e em alguns casos era sempre o homem que deixava sua aldeia de origem para ir morar na aldeia da mulher.

Assim, esse movimento Apurinã vai acontecendo envolvido por uma multiplicidade de fatores ligados a várias experiências das pessoas com o lugar. Como comenta a narrativa de dona Raimunda moradora do bairro Presidente Vargas e faz toda a sua trajetória de sua família, onde reside atualmente depois de passar por vários municípios até chegar em Manaus:

Eu nasci em Manaquiri, lá tinha uma aldeia pra trás, gasta uma hora de viagem do Purus pra nossa aldeia. Foi o tempo que eu estava com uns nove anos e minha mãe se juntou com o meu padrasto aí me levaram pro Pauíni, para casa do meu padrinho. Com 1 ano ela voltou pra me buscar aí eu fiquei com ela morando no Pauíni. Do Pauíni nós viemos pra Lábrea, foi o tempo

que minha irmã de criação saiu de casa, se envolveu com homem casado meu padastro ficou com raiva e viemos morar em Lábrea. Em Lábrea já fui me empregar na cada de família. Na cidade saí de casa quando me juntei com o meu marido, em Tapauá morei uns três anos, depois fui morar no Cuniuá quando me separei do meu marido. Foi o tempo que a irmã da Francisca foi lá pra casa, o marido dela estava doente e procurou o papai pra tratar dele. Eu já fui pra casa da tia Cecília, mãe da Eugenia. Aí me juntei com o irmão da Francisca e fiquei morando com ela, foi o tempo que ela veio pra Manaus e nós ficamos morando na casa dela. Com um ano resolvemos também vir pra Lábrea a procura da minha mãe, quando cheguei ela já era falecida então fiquei lá, arrumei um terreno. Com um ano morando lá chegou a mãe da Francisca e nos reunimos tudo lá morando em Lábrea. Aí foi quando aconteceu a morte da irmã Cleuza com a mulher do Agostinho, nesse tempo o Agostinho ia pra dentro do Passiá ia ser tuxaua de lá aí entregou o cargo pro Luis ser o tuxaua do Caititu, aí nós ficamos em Lábrea depois disso viemos embora pra Manaus procurar a minha irmã, encontrei ela e fiquei morando num quartinho da casa dela. Depois eu fui pra Manacapuru que a irmã dele chamou dizendo que tinha um terreno, não deu certo a vida lá e voltamos pra Manaus. Aí nós voltamos pra Manacapuru, estavam fazendo uma invasão e ganhamos um pedaço de terra e ficamos por lá, depois nós fomos morar no Cacau-Pirera morava num flutuante de um civilizado, saímos de lá e viemos pra Manaus.(Cf. MARTINS, 2011, p.60).

Os Apurinã passam por vários lugares até chegar em Manaus e como podemos observar nessa narrativa podem se tornar uma eterna busca por um lugar tão sonhado mesmo que este esteja apenas na memória, no sonho. Um lugar que dona Raimunda diz que precisa encontrar aqui próximo de Manaus, para criar seus filhos e netos com segurança, sem guerras e mortes.

Um outro motivo, para o deslocamento até Manaus e mencionado pelos próprios indígenas Apurinã é marcado pela imagem que a cidade exerce através de informações que chegam até as aldeias, o fascínio por novas possibilidades para melhorar a vida, muitas vezes contada por parentes em visitas às aldeias, ou até mesmo aqueles que viajam até a cidade. Das 15 entrevistas realizadas, 05 indígenas mencionaram ter vindo para a cidade em busca de um trabalho, sendo que a maioria eram mulheres que vieram para trabalhar como empregadas domésticas, incentivadas por um parente que já se encontrava em Manaus. Embora, marcados por uma série de conflitos os Apurinã buscam formas de se organizar e reafirmar sua identidade no contexto da cidade.

A TERRITORIALIDADE DOS APURINÃ NA CIDADE DE MANAUS

Os Apurinã pertencem ao grupo linguístico pré-andino e da família Aruak. A sociedade é dividida em duas metades: os Shoapurini e waitemantê. Atualmente estão espalhados por toda a calha do rio Purus e seus afluentes, distribuindo-se desde a fronteira do Acre com o Amazonas, segundo os dados da Funai citado por Santos (2002).

Os Apurinã estão localizados em mais de 20 terras indígenas em vários municípios do Estado do Amazonas. Podemos encontrar esse povo desde a Boca do Acre, Pauini, Lábrea, Tapauá, Humaitá, Beruri, Manaquiri, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Manacapuru e Manaus. As terras indígenas encontram-se em sua maioria demarcada e registrada.

Os Apurinã residem em diferentes bairros da cidade de Manaus, onde foi possível identificar um número de 26 famílias. Entre os quais destacamos os bairros e o número de famílias assim distribuídas: Val Paraíso, Cidade de Deus, Jorge Teixeira, João Paulo II, São José II, Presidente Vargas, Educandos, Amazonino Mendes e Mauzinho II, como podemos observar na (figura 01).

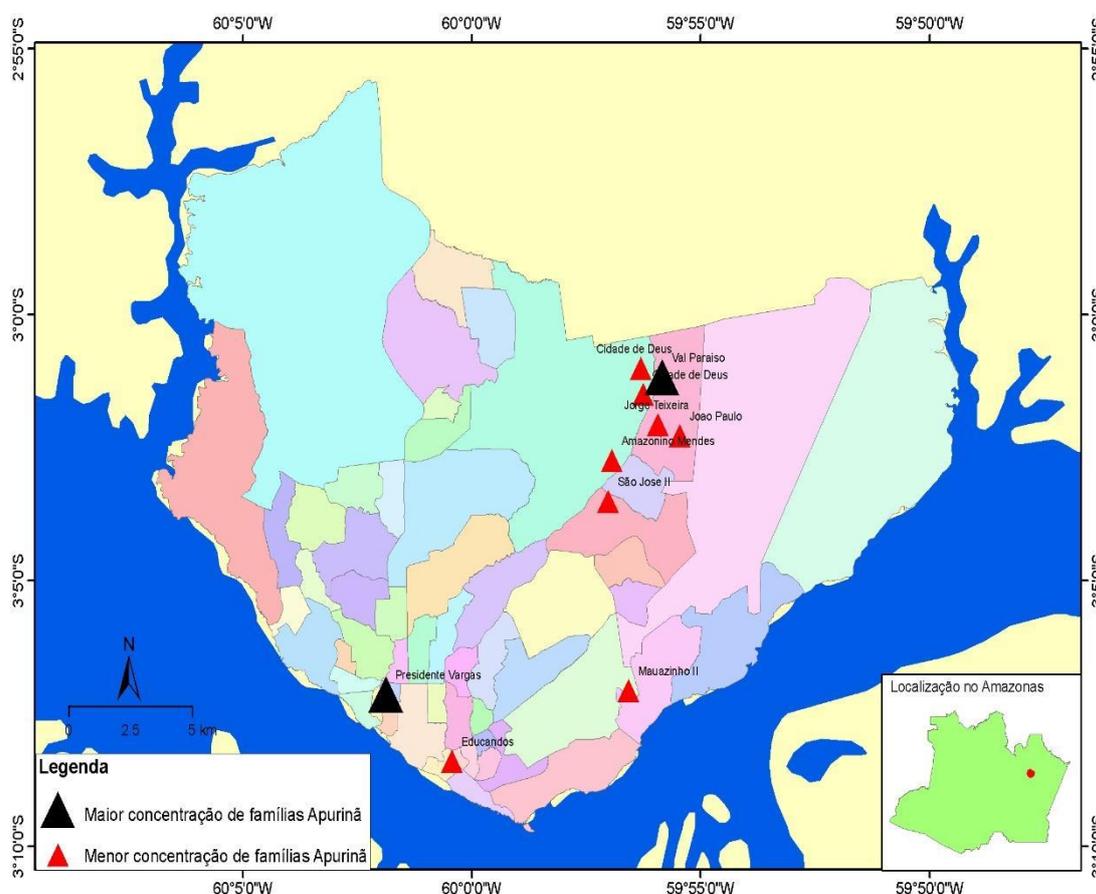


Figura 01: Localização das famílias Apurinã em Manaus/AM. Fonte: Martins. R. Trabalho de campo – Manaus/AM. 2010.

A relação estabelecida por estas famílias Apurinã dentro da cidade se dá através da “rede de parentesco”, que acontece frequentemente através de visitas em diferentes circunstâncias. Durante a pesquisa de campo pudemos constatar isso, onde foi possível encontrar indígenas visitando seus familiares. A visita é sempre um momento de muita alegria, onde são colocadas em dias as informações dos parentes que vivem na cidade e na aldeia. Além de relembrar as histórias da vida na aldeia, essa rede de contato que é estabelecida dentro da cidade.

Os próprios indígenas é quem tem todas as informações de onde estão os parentes morando na cidade, mas esse contato fica um pouco limitado porque existem aqueles parentes que não se identificam como Apurinã. Mas o contato se estende com parentes que moram na aldeia, que visitam os que residem na cidade, estes vêm para a cidade resolver alguns problemas pessoais e retornam. Assim também, os parentes que moram na cidade vivem sempre viajando para as aldeias, até porque nem todos os parentes deixaram a aldeia para vir morar na cidade, isto vai fazer com que os que estão na cidade façam sempre esse retorno que eles mesmos chamam de “passeio”.

Mas existem casos específicos que relatam não manter mais contato com os parentes na aldeia, quando na sua maioria os parentes já vieram para a cidade, como é o caso de dona Maria, ao mencionar que o único contato é o filho “Desde quando voltei de lá fiquei por aqui. Meus parentes já moram a metade aqui. Só tenho um filho pra lá.” (C.f. MARTINS, 2011.p 76.).

A necessidade de territorializar-se em novos lugares acontece quanto à forma como os Apurinã se organizam dentro da cidade, onde constatou-se um número bastante considerável de 3 a 4 famílias morando próximo uma das outras. São famílias que se agruparam nos bairros, moram na mesma rua e muitas vezes, até no mesmo terreno, onde são construídas mais de uma casa (MARTINS, 2005). Constituindo pequenas comunidades.

Pereira da Silva (2001), destaca que o universo social dos indígenas na cidade de Manaus marcado pelo estabelecimento de redes de relações sociais, tendo o caráter étnico o elemento norteador nos aspectos culturais que envolvem cada grupo, seus códigos e seus valores são fundamentais para a compreensão do universo indígena na cidade, que não se dá de maneira uniforme. Assim, encontraremos nas periferias da cidade de Manaus vários grupos indígenas organizados em comunidades, que lutam pela sobrevivência física e cultural, entre eles os grupos Apurinã.

Este aspecto onde não significa somente a luta pela sobrevivência, mas também reforça a identidade dos Apurinã dentro da cidade de Manaus, garantidos pelos laços de parentesco. Neste sentido, os Apurinã parecem desenvolver na cidade a mesma forma de organização encontrada nas áreas indígenas, ou seja, se organizam em pequenos grupos familiares, como apontou Lazarin (1981) “são unidades familiares com pouca quantidade de indivíduos”. Na cidade os grupos familiares estão sempre em contato e isto é feito através dessas redes de relações estabelecidas entre as famílias e que chega até acontecer de forma independente das comunidades organizadas, tudo isso para contemplar a realidade da vida na cidade.

De acordo com Claval, (1999), são vários os elementos que permitem aos indivíduos manifestar o que são, porque se integram em tal comunidade e porque se opõem a outras. Assim, frente a um mundo diferente do seu, os diferentes grupos indígenas se juntam em comunidades, para o enfrentamento da vida na cidade.

AS COMUNIDADES IDENTITÁRIAS NA CIDADE

Dentro de Manaus, dois espaços são considerados referências para as famílias indígenas Apurinã que vivem dentro da cidade. A comunidade no do bairro Val Paraíso e a do no bairro Mauzinho II. Embora sejam duas comunidades Apurinã elas apresentam características de organização diferenciadas, próprias de cada grupo Apurinã. A comunidade do Val Paraíso é composta de cinco famílias Apurinã. Suas casas ficam próximas umas das outras, tendo à frente um pequeno chapéu coberto de telha de amianto. O pequeno chapéu recebe o nome de YOREK - que na língua Apurinã significa estrela. Esse local na verdade é um espaço de articulação, que envolve várias atividades como reuniões, encontros, assembleias e celebrações. Com instituições governamentais e não governamentais que desenvolvem ações na comunidade.

Bauman (2005), ao estudar as identidades no mundo atual, considera que as comunidades as quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem, são de dois tipos. “Existem comunidades de vida e de destino, “vivem juntos numa ligação absoluta”, e outras que são “fundidas unicamente por ideias” ou por uma variedade de princípios” (p.17). A comunidade de vida e de destino nos orienta de acordo com autor para:

Tornarmo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para a toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age e a determinação de se manter firme a tudo isso são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade. (BAUMAN, 2005, p. 17).

A consciência assumida pelos Apurinã dentro espaço urbano vai permitir que estes se sintam inseridos nesse novo mundo que é percebido por estes grupos como espaço de grandes possibilidades.

De acordo com Haesbaert (1999), paralelo a esta mercantilização, a identidade também pode ressurgir como uma forma, consciente ou não, de contraposição ao processo que leva a exclusão gerado pela globalização, em que os valores da sociedade está somente vinculada à acumulação do capital.

A constituição da Comunidade Indígena no bairro Val Paraíso apresenta duas características importantes para entender a sua organização, num primeiro momento é dada somente pela identificação de famílias Apurinã que tem suas casas próximas umas das outras, se estende também para outras famílias Apurinã que moram em outros bairros. Um segundo momento se dá quando a comunidade recebe outros indígenas que são os seus vizinhos que residem na mesma rua, como pertencente a essa comunidade, são os Tikuna, Sateré e Mura. Esses momentos mais amplos acontecem quando o que está em discussão são reivindicações dos direitos indígenas. Na explicação do Senhor Geraldo Apurinã liderança da comunidade, que enfatiza melhor esse processo organizativo vivenciado dentro da cidade.

Na cidade a comunidade é formada só por Apurinã, mas quando tem alguma coisa assim como festa do índio, reunião, mobilização na Funasa, na Casa do Índio, distribuição de cesta básica aí a gente chama os Tikuna, Sateré e Mura. Mas a comunidade é Apurinã, nesses momentos a gente reúne o pessoal de outros grupos. Isso é comunidade. (Cf. MARTINS, 2011, p. 78).

Além dos laços de parentesco, de afetividade e solidariedade, a luta por direito caracteriza bem a formação da comunidade Apurinã dentro da cidade. Ainda durante a entrevista o Sr. Geraldo fez questão de explicar a diferença entre aldeia e comunidade e afirmou em dizer que na cidade, o que tem são comunidades indígenas.

Na comunidade Apurinã que fica no bairro Mauzinho II, a liderança é o seu Osmar, que ao mesmo tempo exerce de forma voluntária a função de professor da língua materna. O estudo da língua materna é uma dessas atividades que a comunidade tenta organizar. Mas tem enfrentado algumas dificuldades que interferem na sua organização, como a distância geográfica entre as famílias que residem em bairros distantes e a falta de recurso financeiro das famílias para as passagens de ônibus. Embora com bastantes dificuldades enfrentadas na cidade, seu Osmar explica que além das brigas internas, desconfianças, o problema maior na cidade foi quando algumas famílias que moravam no bairro Educandos foram removidas pelo PROSAMIM para outros bairros bem distantes, como a Nova Cidade, São José, dificultando a participação delas na comunidade. Isso fez com que muitas famílias até desistissem de participar dos encontros enfraquecendo assim a organização.

As residências das famílias Apurinã estão situadas nos lugares próximos de igarapés e encostas, que foi possível constatar que no período em que as chuvas são mais intensas a situação fica ainda pior, já que estas famílias não têm para onde se deslocar. Esses espaços de moradias ficam inadequados e trazem transtorno para estas famílias.

Por outro lado é esse mesmo espaço que permite de certa forma o processo de reorganização das comunidades ou vida coletiva dentro da cidade. No período das entrevistas os indígenas se diziam preocupados com o projeto PROSAMIM. Muitas famílias que residem próximas dos igarapés como as famílias do bairro Val Paraíso, Cidade de Deus e Presidente Vargas seriam removidas para outros lugares, inclusive pequenos apartamentos como comentou dona Francisca Apurinã, moradora do bairro da Glória:

Aqui como a senhora está vendo alaga tudo, fica tudo encharcado quando chove. Tem uma proposta do PROSAMIM de retirar as famílias que moram perto do igarapé. Nossas casas foram marcadas para ser retiradas. Mas tem que ir atrás de casa pra comprar, nós já fomos uma vez, no ano retrasado. Acho que tem uma nova proposta de morar num conjunto, pra quem não conseguir comprar casa. Nós queremos um espaço para repassar tudo isso que acabamos de falar e não o conjunto, porque vamos morar separados. Também o PROSAMIM não compra casa de madeira, só de alvenaria com título definitivo é muito difícil de encontrar. (Cf. MARTINS, 2011, p.82).

A preocupação de dona Francisca com o Projeto PROSAMIM é que o projeto vai desmobilizar de certa forma a organização da vida no mesmo espaço físico, pois cada

família terá que morar longe uma das outras e isto pode inviabilizar a vida coletiva. Já Dona Francisca tem mais de 40 anos vivendo no bairro de Presidente Vargas conhecido como Bariri, pra quem quer chegar até sua residência tem que caminhar sobre uma longa ponte de madeira, que fica sobre o Igarapé. Morar nesses lugares, além dos problemas enfrentados por essas famílias, significa também usufruir de vantagens e facilidades proporcionadas pela proximidade do centro comercial.

É comum encontrar famílias Apurinã com o sentimento de viver entre a vida do interior e a cidade. No interior sua maior alegria é estar fazendo o que realmente ela sabe e encontrar o desejo de reunir os parentes mais próximos, porque aqui na cidade uma das dificuldades é morar longe umas das outras.

Aqui o indígena pode estar vivenciando a diáspora em que elabora sua identidade pessoal com base no sentimento de estar dividido entre a de sua terra de origem, e do lugar onde está atualmente (Oliveira,1999). Para dona Francisca da comunidade indígena Val Paraíso, “o melhor seria encontrar um lugar perto de Manaus não precisava ser muito grande, mas que desse pra gente dançar, brincar, fazer nossa festa” (MARTINS, 2011) seu relato é envolvido por grande emoção.

O desejo de retorno segundo as narrativas não seria para o lugar de origem, mas para um lugar perto de Manaus, onde tivesse a mata, o rio, a fartura de peixes, frutas e principalmente longe das guerras vivenciadas pelos seus familiares. O que podemos perceber que há sempre a busca por um lugar melhor.

Segundo Claval (1999), os grupos têm necessidade de se juntar em comunidade “para dar um sentido à sua presença neste mundo, de se assimilar a um território que é para eles, um refúgio e um espaço onde se sentem protegidos, conhecidos e reconhecidos. (CLAVAL,1999, p. 90). A compreensão do território dos grupos indígenas na cidade, tem se tornado complexo, pois envolve uma multiplicidade de territorialidades que permite os grupos indígenas fortalecerem sua identidade.

CONSIDERAÇÕES

A partir do que foi exposto podemos constatar alguns aspectos culturais que podem ser considerados estratégicos para a sobrevivência física e cultural dos Apurinã, em Manaus, onde a identidade assumida reforça o sentimento de pertencimento a um determinado povo.

Essas estratégias encontradas durante a pesquisa, destacam: a forma de organização dentro da cidade, as redes de relações estabelecidas entre os indígenas e os costumes. Com isso podemos considerar que os Apurinã constroem sua territorialidade dentro do contexto urbano, sendo que está se dá de forma coletiva e diversa, envolvendo a ligação com seu território tradicional, o que contribui para o fortalecimento da identidade e a sua reorganização na cidade.

A organização social formada de pequenos grupos de 3 a 4 famílias, morando em diferentes bairros, pode ser considerada “dispersa” nesse contexto geográfico de cidade e não atender aos critérios das instituições governamentais na aplicabilidade de políticas públicas voltadas para populações indígenas na cidade, mas pode

constituir um dos elementos étnicos que fortalecem a identidade. A partir desta forma de organização estabelecida entre os Apurinã, se constrói toda uma rede de relação entre esses grupos, que é feita principalmente através de visitas. (MARTINS, 2011).

Além das relações entre as famílias do mesmo grupo, também percebemos que existe a necessidade de se recriar um espaço coletivo para se encontrar. Podemos ter como exemplos: os Apurinã no bairro Val Paraíso, os Ticuna no bairro Cidade de Deus, os Kokama no Brasileirinho e os Sateré-Maué na Redenção. Nesses espaços construídos, organizados em comunidades são encontrados os chamados “Centros Culturais”, local de referência para o encontro das famílias indígenas dentro da cidade. Toda essa rede de relação se amplia, transformando em espaço da vida, da resistência e num dado momento em espaços de luta pelos direitos mostrando que é possível ser diferente numa sociedade homogênea.

O território dos Apurinã na cidade de Manaus constitui-se também no sonho e na esperança de encontrar um lugar, onde seja possível (plantar, caçar, dançar) sem perder de vista ao mesmo tempo o desejo de não se distanciar ou mesmo permanecer na cidade. O lugar permite a eles serem o que são. Seus sonhos, suas festas, seus alimentos, suas relações, sua identidade Apurinã, mesmo que estes estejam apenas em sua memória.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução, Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do Território. In: CORREA, R. L. ; ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Geografia Cultural um século**. V.3. Rio de Janeiro. EDUERJ. 20 02.

CALDAS, A. L. **Oralidade texto e história para ler a história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1999

CLAVAL, P. A geografia cultural: o Estado da Arte. In: (orgs.) ROSENDAHL, Zeny et al. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny et al (orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.p.169-190.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. 3ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas: Uma análise dos indígenas com base nos resultados da Amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/indigenas/.

LAZARIN, M. A. **“A descida do Rio Purus”**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. PPGAS-UNB. Brasília. 1981.

MARTINS, R. **Índios na Cidade: A territorialidade Apurinã em Manaus.** Monografia, Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2005.

MARTINS, R. **A Territorialidade como nova possibilidade de ressignificar a identidade Apurinã na cidade de Manaus.** Dissertação de Mestrado, Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

MEIHY, J. C. Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 4ª edição. Edições Loyola. São Paulo. 1996.

OLIVEIRA, J. P. de. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. In: **Índios e Territórios. Travessia.** Janeiro-Abril-1996.

SANTOS, E.D. dos. Valorosos guerreiros, exímios artesãos. In: **Povos do Acre História Indígena da Amazônia Ocidental.** Rio Branco – 2002. p. 20-21.

PEREIRA DA SILVA, R. N. **O Universo Social dos Indígenas no Espaço Urbano: Identidade Étnica na cidade de Manaus.** Dissertação de Mestrado – UFRS, Porto Alegre, Jan. 2001.

Submetido em: 21/08/2017

Aceito para publicação em: 13/03/2018